

PCHPAR - PCH Participações S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
PCHPAR - PCH Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.c) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando-se os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota explicativa. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte Impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 4 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG


Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº 1 MG 076441/O-9

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/18	31/12/2019	31/12/18			31/12/2019	31/12/18	31/12/2019	31/12/18
ATIVO CIRCULANTE						PASSIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	9	1	3	8	59.499	Fornecedores		-	-	784	34
Aplicações financeiras	9	1	-	20.572	-	Obrigações trabalhistas e previdenciária		2	1	1.438	1.585
Contas a receber de clientes	10	-	-	36.664	58.189	Impostos e contribuições a recolher	19	-	-	2.112	1.735
Dividendos a receber	13 (b) e 14	240.841	216.725	-	-	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.717	1.573
Impostos a recuperar		2	1	3.114	3.609	Dividendos a pagar	14 e 22 (c)	289.486	268.683	289.486	268.683
Despesas antecipadas	11	-	-	12.299	925	Receita diferida	20	-	-	51.246	120.126
Outros ativos circulantes		-	-	97	101	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	4.377	4.003
Total dos ativos circulantes		240.845	216.729	72.754	122.323	Outros passivos		-	-	1	513
						Total dos passivos circulantes		289.488	268.684	351.161	398.559
ATIVO NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Impostos e contribuições diferidas	25	-	-	3.458	9.825	Provisões para compromissos futuros	18	-	-	36.871	29.685
Impostos a recuperar		371	737	371	737	Provisões para riscos	21	93	93	1.472	1.149
Depósitos judiciais	12	-	-	10.583	12.482	Total dos passivos não circulantes		93	93	38.343	30.834
Outros ativos não circulantes		-	-	286	287						
Investimentos	13	780.401	822.025	-	-	Total dos passivos		289.581	268.777	389.504	429.393
Imobilizado	15	-	-	1.017.764	1.043.530	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	16	-	-	16.324	10.923	Capital social	22	490.075	490.075	490.075	490.075
Total dos ativos não circulantes		780.772	822.762	1.048.786	1.077.784	Reservas de lucros		241.961	280.639	241.961	280.639
						Total do patrimônio líquido		732.036	770.714	732.036	770.714
TOTAL DOS ATIVOS						TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
		1.021.617	1.039.491	1.121.540	1.200.107			1.021.617	1.039.491	1.121.540	1.200.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/18	31/12/2019	31/12/18
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS	23	-	-	426.940	408.659
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	15 e 16	-	-	(35.752)	(34.268)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		-	-	(22.749)	(15.896)
Custos com pessoal		-	-	(15.120)	(13.994)
Custos com manutenção		-	-	(14.734)	(11.170)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(6.476)	(5.985)
Custo com seguros		-	-	(1.890)	(2.529)
Custos com operação		-	-	(2.419)	(2.181)
Taxas setoriais		-	-	(811)	(1.056)
Custos com meio ambiente		-	-	(342)	(790)
Outros custos		-	-	(240)	(298)
		-	-	(100.533)	(88.167)
LUCRO BRUTO		-	-	326.407	320.492
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		(12)	(11)	(8.476)	(7.851)
Administrativas e gerais		(24)	(33)	(2.522)	(2.517)
Depreciação e amortização	15 e 16	-	-	(2)	(4)
Outras despesas operacionais		(13)	(11)	(1.934)	(2.060)
Resultado na alienação de ativos		-	-	(801)	(2.681)
		(49)	(55)	(13.735)	(15.113)
Resultado de equivalência patrimonial	13	300.202	276.902	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		300.153	276.847	312.672	305.379
Despesas financeiras	24	(17)	(10)	(906)	(19.565)
Receitas financeiras	24	44	51	2.635	6.265
		27	41	1.729	(13.300)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		300.180	276.888	314.401	292.079
Corrente	25	(15)	-	(11.061)	(15.600)
Diferido	25	-	-	(3.175)	409
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15)	-	(14.236)	(15.191)
LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO		300.165	276.888	300.165	276.888
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,79	0,81	-	-
Quantidade média ponderada de ações		377.645.430	340.271.408	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/18</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	300.165	276.888	300.165	276.888
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>300.165</u>	<u>276.888</u>	<u>300.165</u>	<u>276.888</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		402.375	69.513	172.932	-	644.820
Aumento de capital por subscrição realizada - AGE de 08/10/18	22 (a)	87.700	-	-	-	87.700
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2017 (R\$0,53 por ação)	22 (c)	-	-	(172.932)	-	(172.932)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	276.888	276.888
Destinações:						
Reserva legal	22 (b) e (c)	-	13.843	-	(13.843)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,17 por ação)	22 (c)	-	-	-	(65.762)	(65.762)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,52 por ação)	22 (c)	-	-	197.283	(197.283)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		490.075	83.356	197.283	-	770.714
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2018 (R\$0,88 por ação)	22 (c)	-	-	(197.283)	-	(197.283)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	300.165	300.165
Destinações:						
Reserva legal	22 (b) e (c)	-	14.659	-	(14.659)	-
Dividendos distribuídos referentes a 2019 (R\$0,37 por ação)	22 (c)	-	-	-	(141.560)	(141.560)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,38 por ação)	22 (c)	-	-	143.946	(143.946)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		490.075	98.015	143.946	-	732.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCHPAR - PCH PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/18	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/18
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25	300.180	276.888	314.401	292.079
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	15, 16 e 28	-	-	801	5.132
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	28	-	-	(73)	-
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17 e 24	-	-	-	18.449
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	24	-	-	(203)	(312)
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	-	-	-	(2.431)	(1.282)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	18	-	-	563	484
Depreciação e amortização	15 e 16	-	-	35.754	34.268
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	-	-	-	22.749	15.896
Equivalência patrimonial	13	(300.202)	(276.902)	-	-
Constituição do ajuste MRE e garantia física	23	-	-	22.158	13.276
Apropriação de receita diferida	20	-	-	(125.161)	-
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE	-	-	-	3.764	(485)
Provisão para riscos	21	-	8	323	193
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes	10	-	-	21.525	(2.341)
Impostos a recuperar	-	366	47	861	(2.298)
Despesas antecipadas	11	-	-	1	312
Outros ativos	-	-	-	4	165
Fornecedores	-	-	-	443	(415)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	-	(147)	134
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	(8.402)	(10.162)
Provisão de férias e 13º salário	-	-	-	144	(33)
Pagamento compromissos futuros	18	-	-	(2.578)	(2.040)
Outros passivos	-	-	-	(512)	(2)
Caixa gerado nas operações	-	344	(53)	283.984	361.018
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	13 (b)	317.710	152.966	-	-
Juros pagos sobre financiamentos	17	-	-	-	(18.343)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	-	(15)	-	(2.763)	(5.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-	318.039	152.913	281.221	336.689
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de capital em controladas	-	-	(87.700)	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	26	(1.665)
Resgate (aplicações) em aplicações financeiras	-	(1)	-	(18.141)	28.805
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	-	-	(4.557)	(5.529)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	-	(1)	(87.700)	(22.672)	21.611
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aumento de capital por subscrição de ações	-	-	87.700	-	87.700
Dividendos pagos	22 (c)	(318.040)	(152.912)	(318.040)	(152.912)
Financiamentos pagos	17	-	-	-	(266.956)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	(318.040)	(65.212)	(318.040)	(332.168)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(2)	1	(59.491)	26.132
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	9	3	2	59.499	33.367
No fim do exercício	9	1	3	8	59.499
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		(2)	1	(59.491)	26.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A PCHPAR - PCH Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "PCHPAR"), constituída em 22 de fevereiro de 2005, como sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em 31 de dezembro de 2019, os números mostram no balanço patrimonial capital circulante líquido negativo, no montante de R\$48.643 (R\$51.955 em 31 de dezembro de 2018), individualmente e R\$278.407 (R\$276.236 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. No entanto, a Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere a dividendos a pagar aos acionistas da Companhia e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

A seguir um resumo informativo das 13 PCHs:

- **Funil Energia S.A. ("Funil")**

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

A Funil ingressou com ação judicial questionando o mecanismo de revisão de garantia física previsto na Portaria MME nº 463/2009. Em 23 de novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo o montante original de sua garantia física que, por meio da Portaria MME nº 383/2015, retornou de 13,09 para 14,54 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME nº 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização para discussão da nova metodologia Consulta Pública a ser instaurada pelo (MME).

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (ABRAGEL) ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,17 para 13,48 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó" ou "Fumaça IV")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original passando de 2,36 para 2,61 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,37 para 18,28 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- São Simão Energia S.A. ("São Simão")

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 17,49 para 18,41 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

- Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

A ABRAGEL ingressou com ação judicial questionando as revisões de garantia física promovidas a partir da Portaria MME 463/2009 e obteve decisão liminar restabelecendo o montante de garantia física original que retornou de 12,49 para 13,15 MWm. Em paralelo ao processo judicial, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a disponibilização da nova metodologia em Audiência Pública a ser instaurada pelo MME.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da PCHPAR – PCH Participações S.A. não foram examinadas pelos auditores independentes.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) - Consolidado

Todas as controladas da Companhia fizeram opção por participar com suas PCHs do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de serem todas inscritas e contratadas no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e repassadas à ELETROBRÁS, que, por sua vez, calcula os ajustes a serem somados ou subtraídos do faturamento das Companhias no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

Os ajustes referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, inicialmente previstos para incidirem nos anos de 2016, 2017 e 2018, respectivamente, bem como correções dos anos de 2013 a 2015, ainda não foram efetivados em sua plenitude devido a liminar que havia sido obtida pela ELETROBRAS que, indiretamente, protegia todas as usinas do PROINFA e, consequentemente, a Companhia. Em função da queda da liminar em setembro de 2018, a ELETROBRAS passou a reter do faturamento das PCHs da PCHPAR, em 12 parcelas ao longo do exercício de 2019, o montante de R\$125.161, referente aos ajustes totais do contrato PROINFA no âmbito do MRE, relativo aos exercícios supracitados e ao exercício de 2018, com aplicação do reajuste do contrato nas parcelas a partir de junho de 2019.

1.2. Repactuação do risco hidrológico – Consolidado

O governo sancionou a Lei 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs da PCHPAR, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O pagamento referente ao risco hidrológico de 2015 da Companhia será tratado, conforme legislação, como adiantamento do prêmio de seguro para pagamento até 30 de junho de 2020. O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2019, é de R\$11.375. Este montante está reconhecido no ativo como despesa paga antecipada quando será apropriado ao resultado como prêmio de seguro na linha de custo das vendas de energia de forma linear no resultado até junho de 2020.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015 o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da PCHPAR, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015 a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME nº 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Importante destacar que ainda não houve o trânsito em julgado desta decisão, uma vez que a sentença deve ser confirmada em 2ª instância, estando ainda sujeita depois disso a interposição de recursos extraordinários e especiais pela União.

Em paralelo aos processos judiciais, conforme Portaria MME 376/2015, está suspensa a aplicação do dispositivo de revisão de garantia física sendo criado grupo de trabalho para analisar e propor aprimoramentos necessários à metodologia de cálculo e revisão de garantia física das usinas hidrelétricas não despachadas de modo centralizado pelo ONS. De momento, aguarda-se ao longo de 2020 a abertura de consulta pública para debater a nova proposta do MME.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada, e a Companhia está realizando a provisão no valor de R\$39.270, conforme divulgado na nota explicativa nº 20 (b), para resguardar a hipótese de perda na demanda e consequentemente ajuste no faturamento da Companhia no ano subsequente, em 12 parcelas, conforme definições contratuais.

1.4. Sinistro

Monte Serrat Energética S.A.

Em 15 de novembro de 2017 a geração da unidade 2 da PCH Monte Serrat foi interrompida devido à constatação de ruído anormal e atuação da proteção de vibração axial no multiplicador de velocidade. Com a constatação de dano no Pinhão Solar do Multiplicador de Velocidade da referida unidade, em dezembro de 2017 foram tomadas as medidas necessárias para os reparos, sendo a retomada total da produção registrada em 5 de fevereiro de 2018 (o sinistro foi economicamente encerrado em outubro de 2018).

Em 11 de março de 2018, a geração da unidade 2 da PCH Monte Serrat Energética foi interrompida para análise e reparos das avarias identificadas nas grades da tomada d'água da UG02, após ruptura da estrutura do log boom. Em 20 de abril de 2018 a operação foi retomada (o sinistro foi economicamente encerrado em outubro de 2018).

Foi reconhecido no exercício de 2018 um ganho de R\$961. O respectivo valor é referente ao recebimento final de indenizações por parte da seguradora com relação aos sinistros ocorridos na PCH Monte Serrat.

1.5. Transferência de ativos regulatórios

Conforme Resolução Normativa da ANEEL nº 506/2012, durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, as empresas abaixo do Grupo Brasil PCH, realizaram as transferências do aditivo das transferências das Subestações e de pontos de conexão ("bay") para as distribuidoras, realizaram uma baixa no valor residual de R\$629 no ativo imobilizado, reconhecido no resultado na rubrica de outras receitas (despesas):

PCHs	Distribuidora	31/12/19	31/12/18
Caparaó Energia S.A. (Bay)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	-	29
Carangola Energia S.A. (Bay)	Cemig Distribuição S.A.	-	454
Funil Energia S.A. (Bay)	Cemig Distribuição S.A.	-	536
Irara Energética S.A. (Bay)	CELG Distribuição S.A.	-	303
Jataí energética S.A. (Bay)	CELG Distribuição S.A.	-	297
São Joaquim Energia S.A. (SE)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	422	675
São Pedro Energia S.A.(SE)	EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A.	207	1.348
		<u>629</u>	<u>3.642</u>

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - "IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

2.2. Bases de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da PCHPAR são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

(i) Custo amortizado de ativo financeiro ou passivo financeiro – o valor pelo qual o ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento e para ativos financeiros ajustados por qualquer provisão para perdas.

(ii) Valor justo por meio do resultado – um ativo financeiro que:

- É adquirido ou incorrido principalmente para ser vendido ou recomprado no curto prazo.
- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(iii) Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado – Passivo financeiro que atenda a uma das seguintes condições:

- Atenda à definição de mantido para negociação.
- No reconhecimento inicial, seja designado pela entidade como ao valor justo por meio do resultado.
- Seja designado, por ocasião do reconhecimento inicial ou subsequentemente, como ao valor justo por meio do resultado.

(iv) Derivativo - instrumento financeiro ou outro contrato com todas as três seguintes características:

- Seu valor é modificado em resposta à alteração em determinada taxa de juros, preço de instrumento financeiro, preço de commodity, taxa de câmbio, índice de preços ou taxas, classificação de crédito ou índice de crédito, ou outra variável (algumas vezes denominada "subjacente"), desde que, no caso de variável não financeira, essa variável não seja específica a uma das partes do contrato.

- Não exige nenhum investimento líquido inicial, que seja menor do que seria necessário para outros tipos de contratos, que se esperaria que tivessem resposta similar a alterações nos fatores de mercado.
- Seja liquidado em data futura.

b) Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

c) Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 731, de 23 de agosto de 2016, que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de Autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.783/2013, com redação dada pela Lei nº 13.360/2016, e do Decreto nº 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei nº 12.783/2013 e Decreto nº 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

d) Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 16, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e) Valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável vide nota explicativa nº 18.

g) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

h) Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

i) Receita diferida

Os Contratos de Compra e Venda de Energia, celebrados entre as controladas indiretas e a ELETROBRAS, estabelecem que seja apurada em cada ano (período de janeiro a dezembro) o resultado da comercialização no âmbito da CCEE. A parcela de ajuste financeiro resultante dessa apuração será compensada nas faturas mensais do ano subsequente, em 12 parcelas.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimos e financiamentos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCHPAR PCH Participações S.A. são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O regime fiscal adotado pelas controladas indiretas foi do lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

l) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

m) Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

n) Adoção de Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

As normas brasileiras de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRS novas e revisadas, aplicáveis a Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 48	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
Alterações ao CPC 18	Interesses a longo prazo em associadas e empresas comuns
Melhorias anuais aos pronunciamentos 2015-2017	Alterações do ciclo do CPC 15 – Combinação de Negócios, CPC 19 – Negócios em Conjunto, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e CPC 20 – Custos de Empréstimos
Alterações ao CPC 33	"Employee Benefits Plan Amendment, Curtailment or Settlement"
ICPC 22	Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de Seguros
CPC 36 e CPC 18 (melhorias)	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e/ou Empreendimento Conjunto
Alterações ao CPC 15	Definição de negócios
Alterações ao CPC 23 e CPC 26	Definição de material
Estrutura conceitual	"Amendments to References to the Conceptual Framework in IFRS Standards"

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou todos os respectivos Pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses Pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas demonstrações financeiras da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

A Companhia analisou a aplicação do CPC 06 (R2) e não identificou nenhum impacto material com relação às práticas contábeis adotadas, uma vez que os contratos vigentes são caracterizados como de curto prazo (menor que 12 meses), e ou baixo valor.

Com relação aos demais Pronunciamentos, a Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por um único cliente - ELETROBRAS via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Não havendo histórico de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição significativa da Companhia e de suas controladas a riscos de crédito ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 10.

- Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% a 96,53% do CDI, conforme apresentado na nota explicativa nº 9. A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

A Companhia e suas controladas não possuem operações contratadas em moeda estrangeira. Desta forma, não está sujeita a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

- Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme nota explicativa nº 27.

- Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia possui capital circulante líquido negativo, no entanto, a Companhia entende que não há risco de liquidez, visto que suas obrigações se referem substancialmente a dividendos a pagar a acionistas e a Administração prevê a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelo PROINFA em montante suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os passivos financeiros não derivativos da Companhia apresentam prazo de amortização de 1 a 3 meses e os valores esperados de liquidação se aproximam aos valores contábeis.

Tabela do risco de liquidez e juros

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Consolidado

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos	Total
Fornecedores	784	-	-	784
Outros passivos	1	-	-	1
Total	785	-	-	785

- **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

A Administração entende que a exposição da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

- **Risco hidrológico**

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da PCHPAR estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição dos respectivos CCVE-PROINFA das usinas da Companhia, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, as controladas indiretas realizaram a opção pela repactuação do risco hidrológico tendo como contrapartida o pagamento de prêmio. Dessa forma, as controladas indiretas mitigaram suas eventuais exposições contratuais.

5. RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA

PCH	Resolução ANEEL	Data da Resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada (MW)
Bonfante	357	28/08/2001	30 anos	19
Carangola	356	23/12/1999	30 anos	15
Calheiros	12	14/01/2000	30 anos	19,5
Caparaó	369	30/12/1999	30 anos	4,5
Funil	361	23/12/1999	30 anos	22,5
Irara	525	25/09/2002	30 anos	30
Jataí	741	19/12/2002	30 anos	30
Monte Serrat	356	28/08/2001	30 anos	25
Retiro Velho	626	13/11/2002	30 anos	18
Santa Fé	608	06/11/2002	30 anos	30
São Joaquim	404	19/10/2000	30 anos	21
São Pedro	604	19/11/2003	30 anos	30
São Simão	84	23/03/2001	30 anos	27

6. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - PROINFA

PCH	Compradora	Valores				Prazo			
		Valor original do Contrato (milhões de reais)	Energia anual contratada - MWh	Preço histórico - R\$ MWh	Preço atualizado R\$ MWh (*)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bonfante	ELETROBRAS	R\$281.272	115.893	121,35	286,63	Jul./08	Jul./28	IGP-M	Junho
Carangola	ELETROBRAS	R\$202.548	83.456	121,35	286,63	Mai./08	Abr./28	IGP-M	Junho
Calheiros	ELETROBRAS	R\$228.228	94.037	121,35	286,63	Set./08	Set./28	IGP-M	Junho
Caparaó	ELETROBRAS	R\$54.054	22.272	121,35	286,63	Jul./08	Jul./28	IGP-M	Junho
Funil	ELETROBRAS	R\$302.441	124.615	121,35	286,63	Mai./08	Mai./28	IGP-M	Junho
Irara	ELETROBRAS	R\$379.529	156.378	121,35	286,63	Jul./08	Jul./28	IGP-M	Junho
Jataí	ELETROBRAS	R\$423.293	174.410	121,35	286,63	Jun./08	Jun./28	IGP-M	Junho
Monte Serrat	ELETROBRAS	R\$379.134	156.215	121,35	286,63	Jun./09	Jun./29	IGP-M	Junho
Retiro Velho	ELETROBRAS	R\$275.484	113.508	121,35	286,63	Jun./09	Jun./29	IGP-M	Junho
Santa Fé	ELETROBRAS	R\$546.810	225.303	121,35	286,63	Jul./08	Jun./28	IGP-M	Junho
São Joaquim	ELETROBRAS	R\$280.619	115.624	121,35	286,63	Mai./08	Mai./28	IGP-M	Junho
São Pedro	ELETROBRAS	R\$387.888	159.822	121,35	286,63	Jun./09	Jun./29	IGP-M	Junho
São Simão	ELETROBRAS	R\$319.677	131.717	121,35	286,63	Jun./09	Jun./29	IGP-M	Junho

(*) Base junho/2019.

7. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

Na aplicação das políticas contábeis a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são consideradas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação, ao final do prazo de autorização de 30 anos, caso não seja renovado, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia.
- (iii) Provisões para compromissos futuros: as provisões para compromissos futuros são reconhecidas, principalmente, com base em custos estimados de desapropriação e reflorestamento de áreas próximas às instalações das usinas geradoras de energia elétrica. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como decisões de tribunais, e exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos.
- (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos em contrapartida aos efeitos negativos do ajuste de realocação de energia - MRE, registrados nas empresas controladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controladora não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e saldo de prejuízos fiscais, visto que não há evidências positivas de lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

- (v) Receita diferida: reconhecida em contrapartida aos ajustes de realocação de energia, cujo impacto financeiro ocorre no ano seguinte em 12 parcelas, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1.1 e 1.2 acima. A provisão é revisada e ajustada anualmente para levar em conta alterações nos dados disponibilizados pela CCEE.
- (vi) Avaliação dos instrumentos financeiros: a nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

8. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, e as de suas controladas diretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras da Companhia as informações financeiras das controladas direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Bancos	1	3	8	14
Operações compromissadas	-	-	-	59.485
	<u>1</u>	<u>3</u>	<u>8</u>	<u>59.499</u>

b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Aplicações financeiras (i)	1	-	20.572	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>20.572</u>	<u>-</u>

- i. Referem-se às aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú Unibanco e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 77,77% e 96,53% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia e suas controladas, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte no montante de R\$36.664 em 31 de dezembro de 2019 (R\$58.189 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia registra o valor a receber referente à energia contratada pelo PROINFA.

De acordo com o contrato celebrado com a ELETROBRAS os pagamentos são realizados em 3 parcelas iguais e consecutivas nos dias 20 e 30 do mês subsequente ao faturamento e no dia 10 do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber passadas e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - ELETROBRAS, inexistindo contas a receber vencidas na data das demonstrações financeiras.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como: prêmios de seguros e repactuação do risco hidrológico.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Prêmio de seguros (a)	-	-	924	925
Prêmio de repactuação do risco hidrológico (b)	-	-	11.375	-
Total	-	-	12.299	925

- (a) Refere-se a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.
- (b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da ELETROBRAS a ser apropriado até junho de 2020 (vide notas explicativas nº 1.2)

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Desapropriações e servidões (a)	10.432	12.482
Trabalhistas (b)	137	-
Cíveis	14	-
	10.583	12.482

- (a) Algumas controladas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos por desapropriação ou direito permanente de uso por servidão. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs e das linhas de transmissão.

Quando a posse definitiva ou o direito de uso desses terrenos for legalmente transferida para as controladas da Companhia, o valor dos respectivos depósitos, quando levantados, será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas.

- (b) Algumas controladas da Companhia são responsáveis e corresponsáveis de processos judiciais, nos quais estão em discussões os pagamentos das verbas trabalhistas da empresa e de empresas terceiras, respectivamente.

13. INVESTIMENTOS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle com 100% de participação nas 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
No início do exercício	822.025	697.415
Equivalência patrimonial	300.202	276.902
Dividendos adicionais aprovados	(197.855)	(174.040)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(65.952)
Dividendos propostos aprovados	(143.971)	-
Aumento de capital	-	87.700
No fim do exercício	<u>780.401</u>	<u>822.025</u>

a) Informações das controladas diretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas diretas em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/19				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	4.975	77.425	28.236	2.420	51.744
Calheiros	3.919	61.956	18.763	1.267	45.845
Caparaó	1.007	20.654	4.644	798	16.219
Carangola	3.495	46.781	16.825	1.360	32.091
Funil	4.444	66.343	24.322	296	46.169
Irara	7.265	101.703	28.238	8.212	72.518
Jataí	8.020	94.433	31.845	96	70.512
Monte Serrat	7.119	108.826	28.398	4.476	83.071
Retiro Velho	5.135	91.899	23.670	957	72.407
Santa Fé	9.890	124.640	26.653	15.220	92.657
São Joaquim	5.033	60.202	16.120	1.461	47.654
São Pedro	6.842	106.882	28.437	717	84.570
São Simão	5.603	86.676	26.366	969	64.944
Total	<u>72.747</u>	<u>1.048.420</u>	<u>302.517</u>	<u>38.249</u>	<u>780.401</u>

	31/12/18				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	8.612	79.479	30.571	1.963	55.556
Calheiros	7.068	64.807	22.412	1.733	47.731
Caparaó	1.859	21.888	5.685	1.239	16.823
Carangola	6.552	47.543	19.988	181	33.926
Funil	9.448	68.773	29.007	240	48.974
Irara	11.622	101.262	32.503	4.459	75.922
Jataí	12.557	99.152	35.985	1.355	74.369
Monte Serrat	10.776	111.378	33.081	3.373	85.700
Retiro Velho	7.755	94.683	27.217	817	74.404
Santa Fé	14.731	125.546	28.465	12.733	99.079
São Joaquim	8.994	62.990	19.270	1.260	51.454
São Pedro	12.204	110.254	32.073	599	89.786
São Simão	10.144	89.291	30.285	849	68.301
Total	122.322	1.077.046	346.542	30.801	822.025

Os principais saldos de resultado das controladas diretas em 2019 e 2018 são apresentados como segue:

	31/12/2019				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	27.631	19.324	18.995	19.148	18.224
Calheiros	24.607	17.655	17.110	17.191	16.375
Caparaó	5.389	3.177	3.130	3.079	2.917
Carangola	21.789	17.204	15.889	16.070	15.332
Funil	28.623	21.653	20.941	21.135	20.175
Irara	41.016	31.970	31.241	31.437	30.067
Jataí	46.194	36.057	34.928	35.075	33.557
Monte Serrat	39.798	30.751	30.446	30.517	29.203
Retiro Velho	28.900	20.228	19.862	19.901	18.941
Santa fé	59.342	48.966	44.344	44.433	42.447
São Joaquim	30.248	24.327	23.180	23.375	22.363
São Pedro	39.543	29.328	27.687	27.897	26.570
São Simão	33.862	25.713	24.966	25.164	24.033
Total	426.942	326.353	312.719	314.422	300.204

	31/12/18				
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.515	20.517	20.333	19.285	18.340
Calheiros	23.497	17.400	16.851	15.807	14.973
Caparaó	5.178	3.280	3.195	3.007	2.829
Carangola	20.822	16.303	14.929	14.380	13.625
Funil	27.430	21.017	19.887	19.171	18.140
Irara	39.255	31.365	30.355	29.006	27.522
Jataí	43.865	35.057	33.513	32.165	30.609
Monte Serrat	37.785	28.256	28.899	27.193	25.504
Retiro Velho	27.468	19.576	19.022	18.080	17.068
Santa fé	56.609	46.940	42.519	41.208	39.151
São Joaquim	29.124	23.844	22.512	21.898	20.834
São Pedro	38.154	31.136	28.228	27.169	25.722
São Simão	32.956	25.801	25.192	23.782	22.584
Total	<u>408.658</u>	<u>320.492</u>	<u>305.435</u>	<u>292.151</u>	<u>276.901</u>

b) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	129.699
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	239.992
Dividendos recebidos	<u>(152.966)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	216.725
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	341.826
Dividendos recebidos	<u>(317.710)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>240.841</u>

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
Ativo circulante - dividendos a receber:		
Bonfante	16.444	16.398
Calheiros	17.462	15.916
Caparaó	2.569	2.846
Carangola	15.721	14.284
Funil	11.480	11.780
Irara	26.238	24.247
Jataí	29.885	27.306
Monte Serrat	21.980	20.900
Retiro Velho	17.873	17.965
Santa Fé	24.212	17.022
São Joaquim	14.925	11.601
São Pedro	18.399	21.396
São Simão	23.653	15.064
	<u>240.841</u>	<u>216.725</u>
Passivo circulante - dividendos a pagar		
Brasil PCH S.A.	289.486	268.683
	<u>289.486</u>	<u>268.683</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes.

Remuneração da Administração

No ano de 2019 a remuneração da administração foi de R\$12 (R\$10 em 31 dezembro de 2019).

15. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado – consolidado

	Taxa de Depreciação	Consolidado	
		31/12/19	31/12/18
Terrenos	-	43.071	37.754
Turbina hidráulica	2,50%	128.186	132.235
Conduto forçado	3,13%	31.757	33.053
Gerador	3,33%	75.036	76.846
Comporta	3,33%	23.648	24.630
Subestação unitária	3,57%	45.035	48.060
Estrutura de tensão	3,57%	20.019	21.133
Casa de força produção hidráulica	2,00%	347.564	356.564
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	248.558	255.324
Adiantamento a fornecedores	-	-	836
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	54.033	56.794
Imobilizado em Curso	-	857	301
		<u>1.017.764</u>	<u>1.043.530</u>

b) Movimentação do imobilizado – consolidado

2019

	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/19
<u>Custo</u>					
Terrenos	37.754	5.232	(1.590)	1.675	43.071
Turbina hidráulica	173.256	286	(1)	-	173.541
Conduto forçado	47.974	207	-	-	48.181
Gerador	113.911	637	(1)	1.368	115.915
Comporta	35.971	225	-	-	36.196
Subestação unitária	75.815	14	(541)	-	75.288
Estrutura de tensão	31.332	9	(22)	-	31.319
Casa de força produção hidráulica	445.929	318	(526)	-	445.721
Reservatório, barragem, adutora	317.068	583	(23)	(1.118)	316.510
Adiantamento a fornecedores	836	532	-	(1.368)	-
Outras máquinas e equipamentos	86.514	508	(958)	-	86.064
Imobilizado em Curso	301	1.277	-	(721)	857
	<u>1.366.661</u>	<u>9.828</u>	<u>(3.662)</u>	<u>(164)</u>	<u>1.372.663</u>

	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/19
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(41.021)	(4.334)	-	-	(45.355)
Conduto forçado	(14.921)	(1.503)	-	-	(16.424)
Gerador	(37.065)	(3.814)	-	-	(40.879)
Comporta	(11.341)	(1.207)	-	-	(12.548)
Subestação unitária	(27.755)	(2.697)	199	-	(30.253)
Estrutura de tensão	(10.199)	(1.109)	8	-	(11.300)
Casa de força produção hidráulica	(89.365)	(8.915)	123	-	(98.157)
Reservatório, barragem, adutora	(61.744)	(6.209)	1	-	(67.952)
Outras máquinas e equipamentos	(29.720)	(3.222)	911	-	(32.031)
	<u>(323.131)</u>	<u>(33.010)</u>	<u>1.242</u>	<u>-</u>	<u>(354.899)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.043.530</u>	<u>(23.182)</u>	<u>(2.420)</u>	<u>(164)</u>	<u>1.017.764</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

2018

	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
<u>Custo</u>				
Terrenos	38.198	797	(1.241)	37.754
Turbina hidráulica	172.546	1.371	(661)	173.256
Conduto forçado	47.974	-	-	47.974
Gerador	113.862	49	-	113.911
Comporta	35.495	1.364	(888)	35.971
Subestação unitária	76.557	14	(756)	75.815
Estrutura de tensão	31.374	-	(42)	31.332
Casa de força produção hidráulica	447.601	221	(1.893)	445.929
Reservatório, barragem, adutora	316.147	1.190	(269)	317.068
Adiantamento a fornecedores	304	532	-	836
Outras máquinas e equipamentos	88.095	933	(2.517)	86.514
Imobilizado em Curso	-	301	-	301
	<u>1.368.153</u>	<u>6.772</u>	<u>(8.267)</u>	<u>1.366.661</u>
<u>(-) Depreciação</u>				-
Turbina hidráulica	(36.868)	(4.315)	162	(41.021)
Conduto forçado	(13.420)	(1.501)	-	(14.921)
Gerador	(33.273)	(3.792)	-	(37.065)
Comporta	(10.282)	(1.189)	130	(11.341)
Subestação unitária	(25.303)	(2.717)	265	(27.755)
Estrutura de tensão	(9.096)	(1.117)	14	(10.199)
Casa de força produção hidráulica	(80.797)	(8.928)	360	(89.365)
Reservatório, barragem, adutora	(55.565)	(6.179)	-	(61.744)
Outras máquinas e equipamentos	(27.318)	(3.257)	861	(29.720)
	<u>(291.922)</u>	<u>(32.995)</u>	<u>1.792</u>	<u>(323.131)</u>
Imobilizado líquido	<u>1.076.231</u>	<u>(26.223)</u>	<u>(6.475)</u>	<u>1.043.530</u>

16. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível - consolidado

	Taxa de Amortização	Consolidado 31/12/19	31/12/18
Servidões	-	2.199	2.171
Software	20%	1.328	1.105
Medidas compensatórias	10 a 25%	20.694	13.463
Indenização de terras	-	2.227	2.313
Legalização de terras	-	1.612	1.285
Amortização Acumulada		(11.736)	(9.414)
		<u>16.324</u>	<u>10.923</u>

b) Movimentação do intangível – consolidado

2019

	31/12/18	Adições	Baixas	Transferência (*)	31/12/19
<u>Custo</u>					
Servidões	2.171	25	(1)	4	2.199
Software	1.105	580	(521)	164	1.328
Medidas compensatórias	13.463	7.717	(486)	-	20.694
Indenização de terras	2.313	25	(107)	(4)	2.227
Legalização de terras	1.285	327	-	-	1.612
	<u>20.337</u>	<u>8.674</u>	<u>(1.115)</u>	<u>164</u>	<u>28.060</u>
<u>(-) Amortização</u>					
Software	(683)	(170)	414	-	(439)
Medidas compensatórias	(8.731)	(2.574)	8	-	(11.297)
	<u>(9.414)</u>	<u>(2.744)</u>	<u>422</u>	<u>-</u>	<u>(11.736)</u>
Intangível líquido	<u>10.923</u>	<u>5.930</u>	<u>(693)</u>	<u>164</u>	<u>16.324</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado e entre contas de ativo imobilizado e ativo intangível.

2018

	31/12/17	Adições	Baixas	31/12/18
<u>Custo</u>				
Servidões	2.160	11	-	2.171
Software	969	152	(16)	1.105
Medidas compensatórias	10.338	3.159	(34)	13.463
Indenização de terras	2.275	51	(13)	2.313
Legalização de terras	1.310	-	(25)	1.285
	<u>17.052</u>	<u>3.373</u>	<u>(88)</u>	<u>20.337</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(557)	(129)	3	(683)
Medidas compensatórias	(7.586)	(1.145)	-	(8.731)
	<u>(8.143)</u>	<u>(1.274)</u>	<u>3</u>	<u>(9.414)</u>
Intangível líquido	<u>8.909</u>	<u>2.099</u>	<u>(85)</u>	<u>10.923</u>

17. FINANCIAMENTOS – BNDES

Movimentação dos financiamentos

	<u>31/12/18</u>
Saldo inicial	266.850
Encargos provisionados	18.449
Pagamento principal (*)	(266.956)
Pagamentos juros e atualização monetária (*)	(18.343)
Saldo final (*)	<u>-</u>

(*) Em 19 de outubro de 2018, em função de deliberação geral extraordinária realizada em 1º de outubro de 2018, a Brasil PCH nos termos do artigo 52 e seguintes da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries, com valor nominal unitário de R\$1, sendo 450.000 debêntures da primeira série e 450.000 debêntures da segunda série, perfazendo o montante total de R\$900.000 com a finalidade de quitação antecipada do financiamento junto ao BNDES – o valor total da quitação do BNDES foi de R\$198.931, corresponde a R\$198.731 de principal e R\$200 de juros.

18. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

		<u>31/12/18</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização financeira</u>	<u>31/12/19</u>
Compromissos socioambientais	(a)	11.707	2.586	(188)	(302)	310	14.113
Provisão para medidas compensatórias	(b)	7.057	7.717	(486)	(2.276)	253	12.265
Provisão para legalização de terras	(c)	1.286	327	-	-	-	1.613
Provisão para indenizações de terras	(d)	13.638	1.124	(1.505)	-	-	13.257
		<u>33.688</u>	<u>11.754</u>	<u>(2.179)</u>	<u>(2.578)</u>	<u>563</u>	<u>41.248</u>
Passivo circulante		4.003					4.377
Passivo não circulante		29.685					36.871

- (a) Provisão para compromissos socioambientais - quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), o qual prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 403,63 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 556,6 hectares. Os PACUERA de algumas centrais ainda estão em processo de aprovação por parte dos agentes licenciadores competentes.
- (b) Provisão para medidas compensatórias - todas as PCHs do Grupo possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terra - a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terra - para realizar a construção da PCH, foi necessário a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.033	960
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)	476	512
Outros tributos a recolher	603	263
	<u>2.112</u>	<u>1.735</u>

20. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

a) Composição da receita diferida

	31/12/19	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	11.975	90.756
Revisão de garantia física (b)	39.271	29.370
Total	<u>51.246</u>	<u>120.126</u>

b) Movimentação da receita diferida

	31/12/18	Constituição e atualização	Realização	31/12/19
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	90.756	46.380	(125.161)	11.975
Revisão de garantia física (b)	29.370	9.901	-	39.271
	<u>120.126</u>	<u>56.281</u>	<u>(125.161)</u>	<u>51.246</u>

	31/12/17	Constituição e atualização	31/12/18
Prêmio de repactuação do risco hidrológico e exposição ao MRE (a)	70.901	19.855	90.756
Revisão de garantia física (b)	20.053	9.317	29.370
	<u>90.954</u>	<u>29.172</u>	<u>120.126</u>

(a) Prêmio repactuação do risco hidrológico – 2015/2020 e Exposição ao MRE – 2015/2018 e 2019: vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

(b) Garantia física: vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

21. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo da provisão consolidado para riscos trabalhistas, tributários e ambientais era de R\$1.472 (R\$1.149 em 31 de dezembro de 2018). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	31/12/18	Constituição	Baixas	31/12/19
Trabalhista	232	141	(187)	186
Regulatório	128	212	(1)	339
Tributário	572	4	(14)	562
Cíveis	217	170	(2)	385
Total	<u>1.149</u>	<u>527</u>	<u>(204)</u>	<u>1.472</u>
Passivo não circulante	1.149	-	-	1.472

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Trabalhistas (a)	655	307
Cíveis (b)	3.085	4.030
Ambientais	678	96
	<u>4.418</u>	<u>4.433</u>

- (a) O maior número de ações trabalhistas da Companhia refere-se à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão de obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$490.075 e está representado por 377.645.430 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas pelo acionista Brasil PCH S.A.

b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 foram calculados conforme segue:

	31/12/19	31/12/18
Lucro líquido do exercício	300.165	276.888
(-) Reserva Legal (*)	<u>(14.659)</u>	<u>(13.843)</u>
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	285.506	263.045
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>(71.377)</u>	<u>65.762</u>
Dividendos adicionais distribuídos	<u>(70.183)</u>	<u>-</u>
Dividendos adicionais propostos	<u>(143.946)</u>	<u>197.283</u>

Em 25 de março de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

(AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Dividendos a pagar

Saldo em 31 de dezembro de 2017	182.900
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	238.695
Dividendos pagos	<u>(152.912)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>268.683</u>
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	338.843
Dividendos pagos	<u>(318.040)</u>
Saldo em 31 de outubro de 2019	<u>289.486</u>

d) Proposição de dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$141.560 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2019, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária – AGE em 2 de agosto de 2019.

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	465.416	437.967
Ajuste de garantia física	(9.901)	(9.317)
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	(12.257)	(3.959)
Ajuste recontabilização e consumo interno	<u>(140)</u>	<u>(552)</u>
	443.118	424.139
Deduções à receita:		
PIS	(2.882)	(2.755)
COFINS	<u>(13.296)</u>	<u>(12.726)</u>
	<u>(16.178)</u>	<u>(15.481)</u>
Receita líquida de vendas	<u>426.940</u>	<u>408.659</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/19</u>
Despesas financeiras:		
Juros e atualizações financeiras sobre empréstimos e financiamentos	-	(18.449)
Outras despesas financeiras	<u>(906)</u>	<u>(1.116)</u>
Total	<u>(906)</u>	<u>(19.565)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.431	4.598
Atualização de ativos vinculados - BNDES	-	1.282
Atualização de depósito judicial	203	312
Outras receitas financeiras	<u>1</u>	<u>73</u>
Total	<u>2.635</u>	<u>6.265</u>
Total	<u>1.729</u>	<u>(13.300)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	300.180	276.888	314.401	292.079
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(102.061)	(94.142)	(106.896)	(99.307)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	92.683	84.111
Efeitos de equivalência patrimonial	102.069	94.142	-	-
Crédito não constituído	(23)	-	(23)	5
Outros	-	-	-	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	(15)	-	(14.236)	(15.191)
Corrente	(15)	-	(11.061)	(15.600)
Diferido	-	-	(3.175)	409

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante acumulado de R\$27 mil em 31 de dezembro de 2019 (R\$14 mil em 31 de dezembro de 2018).

Ativo fiscal diferido

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

	31/12/19	31/12/18
PIS e COFINS diferidos	1.875	5.328
IRPJ e CSLL diferidos	1.583	4.497
	<u>3.458</u>	<u>9.825</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

26. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Consolidado
	31/12/19
<u>Ativos financeiros</u>	
Mensurados ao custo amortizado:	
Caixa e equivalentes de caixa	8
Aplicações financeiras	20.572
Contas a receber	36.664
Depósitos judiciais	10.583
Outros ativos	97

Consolidado
31/12/19

Passivos financeiros

Outros passivos mensurados ao custo amortizado:

Fornecedores	784
Outros passivos	1

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, pois o vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do exercício, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (4,48%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

<u>Consolidado</u>	<u>Exposição</u> <u>31/12/19</u>	<u>Risco</u>	<u>Impacto</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(possível)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(remoto)</u>
<u>Operação</u>						
Aplicação financeira	20.572	Baixa do CDI	Redução das Receitas Financeiras	922	691	461

27. COBERTURA DE SEGURO

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas diretas da Companhia, renovaram o seguro com aumento de cobertura no valor de R\$40.000, para R\$60.000, com vigência até 28 de abril de 2020 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2019, com vigência até 27 de junho de 2020, as controladas diretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$1.966.232, lucros cessantes no montante de R\$469.926, linha transmissão R\$114.434 e Barragens R\$533.594, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi examinada pelos auditores independentes.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	2.179	1.441
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	11.754	4.271
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.907	-
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	73	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	-	-	78	-
Reversão de resultado contrapartida ativo imobilizado e intangível	-	-	133	-
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	338.843	238.960	338.843	238.960
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	341.826	240.265	-	-

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

Fortes chuvas verificadas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo, nos dias 17 e 18/01/2020, elevaram sobremaneira os níveis do rio Benevente, resultando na inundação da Casa de Força da PCH São Joaquim e, consequentemente, na interrupção da produção de energia elétrica. As inspeções conduzidas até o momento pela São Joaquim não apontam qualquer impacto que ameace a segurança do empreendimento ou ao meio ambiente.

Ademais, informamos que tal sinistro não resulta em qualquer impacto à capacidade de pagamento tempestivo das debêntures de emissão da BRASIL PCH, nos termos previstos na respectiva Escritura de Emissão, bem como que já foram iniciados os procedimentos de drenagem da Casa de Força e planejamento das atividades necessárias ao restabelecimento das unidades geradoras.

30. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 04 de março de 2020.

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz – Diretor

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar –
Diretor

Contador

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG – 078189/O-5